

## O acarajé que todo mundo gosta: quem “quer saber o trabalho que dá”?

Edlaine de Campos Gomes

---



### Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1938>

DOI: 10.4000/pontourbe.1938

ISSN: 1981-3341

### Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

### Referência eletrónica

Edlaine de Campos Gomes, «O acarajé que todo mundo gosta: quem “quer saber o trabalho que dá”?», *Ponto Urbe* [Online], 8 | 2011, posto online no dia 31 julho 2011, consultado o 01 setembro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1938> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1938>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 1 setembro 2023.



Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional - CC BY 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

---

# O acarajé que todo mundo gosta: quem “quer saber o trabalho que dá”?

Edlaine de Campos Gomes

---

## REFERÊNCIA

Bitar, Nina Pinheiro. *Baianas de acarajé: comida e patrimônio no Rio de Janeiro*. Rio e Janeiro: Aeroplano, 2011.

“Dez horas da noite  
Na rua deserta  
A preta mercado  
Parece um lamento  
Ê o abará  
Na sua gamela  
Tem molho e cheiroso  
Pimenta da costa  
Tem acarajé  
Ô acarajé é cor  
Ô la lá io  
Vem benzer  
Tá quentinho  
Todo mundo gosta de acarajé  
Todo mundo gosta de acarajé  
O trabalho que dá pra fazê é que é  
O trabalho que dá pra fazê é que é  
Todo mundo gosta de acarajé  
Todo mundo gosta de acarajé  
Todo mundo gosta de abará

Todo mundo gosta de abará  
 Ninguém quer saber o trabalho que dá  
 Ninguém quer saber o trabalho que dá  
 Dez horas da noite  
 Na rua deserta  
 Quanto mais distante  
 Mais triste o lamento  
 É o abará”  
 (“A preta do acarajé”, Dorival Caymmi)

- 1 Nos marcantes anos 1930 Dorival Caymmi compôs duas canções: “O que é que a baiana tem” e “A preta do acarajé”. Seguindo o mesmo tema, temos também a música “No tabuleiro da baiana”, de Ary Barroso. Pode-se afirmar que a primeira letra de Caymmi, eternizada pela interpretação de Carmem Miranda, é dedicada à baiana, a personagem que possui indumentária composta por pulseira de ouro, bata rendada e saia engomada, pano da Costa e sandália enfeitada. Ela também carrega permanente mistério e graça. Não há menção à comida. A segunda discorre sobre o ofício, a tradição do tabuleiro, a circulação das mulheres negras pela cidade para vender seus quitutes – prática realizada desde o século XVIII –, com sabor e aroma de pimenta da Costa, lembrança da África, nos tempos de escravidão. Refere-se ao gosto disseminado pela comida, já que “todo mundo gosta de acarajé”. O compositor e Carmem Miranda emprestam suas vozes contrastantes na interpretação da música. A primeira parte descreve a relação da personagem com a rua, noturna e deserta, que ouve o quase apelo de quem está “mercando”, ofertando o acarajé e o abará. Com o tom grave e acalentador, de Caymmi, e a sonoridade aguda e suave, de Carmem, quase podemos sentir os odores, sabores e sensações que envolvem esta interação. A melodia segue, mas se altera repentinamente, como numa reivindicação. Do lamento, vagaroso do início, a um ritmo quente, impossível não sentir o corpo querendo se rebelar, reproduzindo os movimentos característicos da performance de Carmem Miranda (ou apenas imaginando como ela os executava), e porque não, dos que querem se fazer ouvir. A cidade vazia não “quer saber o trabalho que dá”. Não reconhece o lugar da baiana e seu produto, socialmente relegados à margem e à invisibilidade. O vagar pela rua deserta evidencia mais do que o fazer mecânico do quitute, remete-se ao conjunto social e simbólico no qual o fazer acarajé está inscrito. Da mesma forma, podemos refletir sobre a categoria patrimônio, assim como está referida no caso contemporâneo do registro no Livro dos Saberes, do Instituto Histórico e Artístico Nacional, do Ofício das Baianas de Acarajé como patrimônio imaterial.
- 2 Foi inevitável iniciar a resenha do livro de Nina Bitar, “Baianas de acarajé: comida e patrimônio no Rio de Janeiro”, com a menção de músicas de Caymmi. A baiana de acarajé, como assinala a autora, é uma referência urbana, presente no espaço público de Salvador e do Rio de Janeiro. As quatro trajetórias de “baianas de acarajé”, três mulheres e um homem, que a pesquisadora analisa, indicam esta ligação, seja pela migração para o Rio de Janeiro, pela interação com clientes, seja pelos vínculos cosmológicos com terreiros soteropolitanos. Vale referir que as duas cidades estão interligadas no que concerne às tradições culturais e religiosas afro-brasileiras.
- 3 A baiana Sônia atua na tradicional Feira de Antiguidades do Lavradio, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Ali ela interage com outros integrantes da feira, que particularmente se vinculam ao comércio de itens associados à temática afro-brasileira.

Filha de Iansã, associa seu ofício a regras provenientes da religião e, também, no que designa de “cooperação quilombola”, marcada pela reciprocidade e por um tipo específico de vida. Também filha de Iansã, a baiana Ciça migrou da Feira de São Cristóvão, também conhecida como Feira dos Nordestinos, para a Praça XV de Novembro, no centro da cidade, no momento em que esta passava a ser realizada dentro do Pavilhão. Outro personagem é o baiano Jay, com sua abordagem peculiar, acerca do consumo do acarajé. Ele destoa das características principais da baiana de acarajé, por ser homem, e se sente excluído do processo. Reivindica que a denominação deveria ser “bairanas e bairanos de acarajé”, não tem ponto e está sempre preocupado com os “rapas”. Atua em Copacabana, na Zona Sul. Seu tabuleiro é uma carroça. Não conseguiu legalizar o ponto. Na mesma região da cidade, a baiana Nicinha possui um ponto na Feira Hippie de Ipanema. Herdado de sua mãe, a barraca integra a feira desde 1970. É ékedi de Obaluaiê, assim como sua mãe. As relações e heranças familiares estão presentes em todas as trajetórias apresentadas: “família de santo” e “família de sangue” se entrecruzam, num movimento que transcende o tempo e o espaço.

- 4 O lugar da comida nas narrativas é evidente, mas possui diferentes interpretações, de acordo com o personagem. Singular é a perspectiva do baiano Jay. Para ele, o acarajé comercializado é um alimento inserido no circuito do mercado, especialmente por tê-lo “aperfeiçoado”, levando em conta as preferências dos jovens por determinados sabores. “O santo praticamente não come tempero e o acarajé que a gente comercializa é um acarajé supertemperado” (p. 121). Embora elabore esta distinção entre “comida de santo” e “comida típica”, o que aparece sempre em tensão em sua narrativa, por vezes, a comida para a venda é temperada, destituída do sagrado, enquanto em outros momentos carrega uma energia, que fará com que os clientes se “sintam bem”. Baseia sua legitimidade no fato de ser “baiano do acarajé”, pela narrativa da tradição, segundo a lógica de que não é qualquer um que é capaz de aprender o ofício, pois se trata de um modo de vida. Como as bairanas Ciça, Sônia e Nicinha, a religião está presente, para proteção, usa guias e fez “obrigações aos santos”. No entanto, informa que é “adepto de todas as religiões”.
- 5 As riquíssimas trajetórias dos personagens selecionadas pela autora para o estudo inserem o Rio de Janeiro no debate e permitem refletir sobre as repercussões do Registro do Ofício das Bairanas de acarajé, e, particularmente, as distintas maneiras de conceituar patrimônio (cf. Gonçalves, 2007). Há que se considerar a emergência da ampliação e circulação social do conceito, muito mais plural, e seus usos e interpretações, por distintos grupos e atores sociais. O risco de uma padronização com o registro também é passível de discussões, ainda que em tensão com a noção de cultura viva, presente no debate sobre patrimônio imaterial. Os processos sociais vigentes incluem certos personagens, tais como instituições governamentais e não governamentais, legislações, intelectuais, movimentos e grupos sociais distintos. No caso das “bairanas do acarajé”, o pedido foi remetido pela ABAM (Associação das Bairanas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares), pelo Terreiro Ilé Axé Opô Afonjá e pelo CEAO (Centro de Estudos Afro Orientais, da UFBA). Acrescente-se aqui a relevância dos pareceristas, marcadamente antropólogos, na efetivação do Registro, que legitimam os conteúdos de “autenticidade”. Raul Lody (inventariante) confirma a tradição “africana brasileira” do ofício. Das negras escravas às bairanas, o acarajé carrega e veicula transgeracionalmente o patrimônio imaterial, como prática tradicional desde os tempos da colônia, conforme o parecer de Roque Laraia, entre outras considerações.

- 6 No âmbito da legitimação e reconhecimento do Ofício das Baianas de Acarajé, o vínculo com o Candomblé é particularmente relevante, assim como a associação entre esse ofício e a identidade afro-brasileira. O discurso contemporâneo sobre intolerância religiosa no Brasil se centra nas controvérsias geradas pelo conflito entre esses dois campos religiosos. Nesse sentido, as políticas de preservação integram essa dinâmica (Gomes, 2010). A preeminência do aspecto religioso inclusive é destacada na certidão do Registro: “a produção do acarajé e de outras comidas no universo religioso do candomblé é uma das razões pela qual a receita do acarajé se mantém sem muitas alterações (...), mesmo como produto comercializado para o público em geral mantém o seu elo de comunicação simbólica com as divindades” (p.42).
- 7 A autenticidade requerida ao registro dos bens imateriais está aqui referenciada. Como patrimônio a ser preservado, o ofício não prescinde de atributos especiais, que o diferencie de outros, marcando (ou indicando ou apontando) a “impureza” do mercado. O conflito religioso entre evangélicos, marcadamente neopentecostais, e afro-brasileiros emerge como motor singular para os processos de registro e tombamento concernentes a este campo (Gomes, 2010). Nina Bitar menciona a escolha pela proteção do acarajé com origem no Candomblé, em contraste com a emergência de um produto difundido por evangélicos: o “acarajé de Jesus”. Emerge assim uma reação ao que seria uma usurpação de símbolos integrantes da cosmologia afro-brasileira por tais instituições religiosas, que promoveriam a descontextualização de elementos rituais e objetos, produzindo sua descaracterização e inautenticidade (cf. Silva, 2005). Nesta medida, o acarajé não é produto circunscrito pelo circuito do mercado, mas uma extensão e componente da baiana ligada ao Candomblé. O baiano Jay questiona a entrada dos evangélicos no mercado do acarajé, pois “querem ganhar dinheiro com tudo”, “se o deles é de Jesus, o meu é do diabo?” (p. 120). O contraste aqui consiste em vetor de demarcação de espaço, identidade e autenticidade. Mesmo que separe o religioso do comercial (ligado ao “típico”), como visto, permanece o argumento da legitimidade vinculada ao aspecto religioso original. Por outro lado, a autora apresenta o exemplo de Mara, uma das ajudantes da baiana Nicinha, que é evangélica. A baiana afirma que ser filho de santo não constitui requisito para realizar a atividade. A ajudante percebe o objeto de sua atuação como proveniente de uma tradição, inclusive trajando a indumentária. Para ela, trata-se da mesma maneira como faz no restaurante japonês em que trabalha, no qual somente os homens podem tocar no peixe cru.
- 8 A identidade da “baiana de acarajé” também estaria em oposição ao ambulante, daí a reivindicação de ser uma categoria profissional, o que pode refletir num certo distanciamento em relação ao aspecto religioso e pode ser ilustrado por uma das narrativas coletadas, que indica a roupa como o principal legado das baianas. As baianas Sônia e Ciça revelam a importância do uso da indumentária, de ritos, objetos e procedimentos específicos, realçando o caráter religioso. Desta forma, usar shortinho, bater a massa de qualquer jeito, usar impunemente a baiana, como uma fantasia, ser homem, são elementos que não pertencem à identidade da “baiana de acarajé”. A oposição entre casa e rua se insere neste âmbito, no qual a baiana de acarajé não é apenas uma cozinheira vinculada ao espaço doméstico, mas atua e desempenha seu ofício no espaço público, interage com diversos atores e instituições sociais. A princípio, possuem seus pontos, fixos, que recebem frequentadores mais ou menos assíduos, próximos das baianas, nos sentidos afetivo e religioso, e outros distanciados pela

relação vendedor e cliente. A relação de seu ofício com a rua apresenta-se, portanto, como imprescindível. A baiana do acarajé se constitui e é constituída no espaço urbano.

- 9 A etnografia realizada, com grande competência e perspicácia, tem o valor de conduzir nossos olhares em direção aos caminhos percorridos pela autora e seus interlocutores, possibilitando várias reflexões sobre os temas abordados. Vem contribuir originalmente para o debate contemporâneo sobre patrimonialização e o impacto desse processo nos grupos sociais. O patrimônio no sentido jurídico integra as mudanças, que envolvem campos de tensão e disputas por legitimidade, marcadamente aquelas relativas à incorporação do chamado “intangível”, “cultura imaterial” (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares). O livro de Nina Bitar aponta diversos aspectos importantes, a serem analisados, que estimulam ainda mais a leitura e contribuem ao debate de distintas áreas de conhecimento. As trajetórias apresentadas individualmente, cada uma com suas tramas, personagens e percursos, possibilitam uma aproximação com o cotidiano de pessoas reais, que interagem com muitas outras e com espaço público, de modos diversificados. Compõem a paisagem urbana, visíveis ou invisíveis para uns, rejeitadas ou aceitas, relacionam-se com clientes, parceiros, estrangeiros, moradores de rua, rapas, evangélicos, entre outros. A “preta do acarajé”, que aparentemente desaparece, ao percorrer a rua deserta nas noites da cidade, conforme o final da letra da música de Caymmi, visibiliza-se no Registro de seu ofício, como “Baiana de Acarajé. Vale conferir como Nina Bitar elabora esse percurso: “Alguém quer saber o trabalho que dá”?”.
- 

## BIBLIOGRAFIA

Gomes, Edlaine de Campos. Dinâmica Religiosa e Trajetória das Políticas de Patrimonialização: reflexões sobre ações e reações das religiões afro-brasileiras. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*. Ano 12, nº 1, janeiro de 2010. (no prelo)

Gonçalves, José Reginaldo dos Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Museu, Memória e Cidadania, 2007.

Silva, Vagner Gonçalves da. Entre a Gira de Fé e Jesus de Nazaré: Relações sócio-estruturais entre neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras. In: Vagner Gonçalves da Silva. (Org.). *Intolerância religiosa. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 191-260.